Uma visão comparativa do conceito de desenvolvimento econômico de Furtado com as teorias recentes

Pedro Carvalho de Mello

Professor da ESALQ

“Yo so Yo y mi circunstancia”

*José Ortega y Gasset, Meditaciones del Quijote,
1914, Obras I, p.322*

Resumo

O ensaio examina e avalia a obra de Celso Furtado sobre o desenvolvimento econômico comparativamente com as teorias mais recentes sobre o assunto. O texto procura tratar o tema tendo em vista o contexto histórico em que Furtado desenvolveu seu trabalho. Desse modo, apresenta um breve resumo da sua vida e obra, mostra o cenário internacional de desenvolvimento na segunda metade do século 20, e analisa o papel da Cepal e de evolução do pensamento teórico dessa escola. Em seguida, mostra a atuação de Furtado como homem público e as suas principais idéias econômicas e apresenta uma visão comparativa do seu conceito de desenvolvimento com as teorias recentes de crescimento e desenvolvimento econômico. A conclusão ressalta o grande valor de Furtado e mostra que a importância de sua obra deve ser julgada no contexto das idéias econômicas que frutificavam nas duas décadas seguintes do pós guerra.

Abstract

This essay attempts to examine and evaluate the work of Celso Furtado on economic development in the light of the modern literature on this field. It presents the subject under the perspective of the historical context in which Furtado developed his work. A brief summary of his life and work is presented, as well as the international economic development scenario of the second half of the 20th century in which he produced his work. It also analyses the role of ECLA and the evolution of the economic thought of this School. In the continuation of the essay, Furtado is judged from the view point of his participation in the political life of Brazil, and his main economic ideas are outlined. The last part makes a comparison analysis between Furtado's economic development view and the prevailing thinking under the light of modern economic growth and development theories. The essays ends by highlighting the importance of Furtado, and concludes that his ideas have to be evaluated in the context of the economic ideas that were produced in the following two decades after World War II.

Agradeço à University of Califórnia, Irvine e à Strong Consultoria/FGV Management a oportunidade de realizar a pesquisa bibliográfica

Introdução

Celso Furtado foi o mais importante e mais admirado economista brasileiro do século 20. Como dito no pensamento famoso e bem conhecido de Ortega y Gasset, é bem complexo tentar desenvolver uma crítica sobre o pensamento econômico de alguém que viveu tão intensamente o seu tempo. Por outro lado, Ortega y Gasset, ainda como continuação da frase citada acima, disse que se “deve buscar sentido naquilo que nos cerca”.

É dentro desse espírito que procuraremos, nesse ensaio, apresentar uma visão comparativa do conceito de desenvolvimento econômico de Furtado com as teorias recentes sobre o assunto. Existe uma discussão metodológica, no campo da história do pensamento econômico, sobre a importância relativa do contexto econômico, social e histórico em que se desenvolvem as idéias econômicas vis-à-vis a dialética de formulação das mesmas. Para alguns autores, existe bastante autonomia nesse processo de construção das teorias, pois as idéias econômicas têm “vida própria” e sua própria dinâmica de evolução, devendo ser avaliadas por sua originalidade e poder germinador para outras idéias. Ainda nessa visão, as novas idéias criadas são vistas como originadas de outras idéias que já circulavam, formando uma corrente do pensamento sobre determinado assunto econômico. Outros autores, no entanto, consideram que o contexto histórico da economia e sociedade é que se constitui no mais importante determinante desse processo, e que as idéias econômicas têm de ser avaliadas principalmente pelo papel que desempenham e impacto que provocam durante o seu tempo de ebulição¹.

Neste ensaio, vai se adotar um enfoque que se apoia nessas duas visões. Para tanto, os assuntos tratados estão estruturados da seguinte maneira: um resumo da vida e da obra de Celso Furtado; uma breve visão do contexto real de desenvolvimento econômico no pós-guerra; o contexto do pensamento econômico sobre desenvolvimento econômico nos anos 40 e 50, época áurea de Furtado; o papel da CEPAL no pensamento de Furtado; Celso Furtado, o homem público; Celso Furtado e sua obra; principais idéias de Furtado; idéias modernas de crescimento e desenvolvimento econômico e comparação com Furtado; e principais conclusões e comentários.

Breve resumo da vida e obra de Celso Furtado

Um excelente resumo da vida e da obra de Celso Furtado foi feito por David Denslow, e publicado na *Encyclopedia of Latin American History and Culture*, editado por Barbara A. Tenenbaum em 1996 (p. 631). A Academia Brasileira de Letras (ABL), em 31 de outubro de 1997, cerca de dois meses após a eleição de Furtado, publicou uma biografia mais recente. Esta seção se apoia nesses textos, fazendo atualizações para o resumo a seguir.

Celso Monteiro Furtado nasceu em 26 de julho de 1920 em Pombal, na Paraíba, e faleceu no Rio de Janeiro em 20 de novembro de 2004. Foi um administrador público, professor universitário, teórico do desenvolvimento econômico e historiador econômico. Bacharel em Direito (em 1944, num tempo em que praticamente não havia escolas de Economia) na Universidade do Brasil, doutorou-se em Economia na Universidade de Paris em 1948, com a tese *A Economia Colonial Brasileira*. De volta ao Brasil, juntou-se

¹ Veja Ekelund, Jr., 1975.

ao quadro de economistas da Fundação Getúlio Vargas (FGV), trabalhando na revista *Conjuntura Econômica*. Prosseguiu sua carreira na recém-fundada Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) das Nações Unidas e, em 1950, foi nomeado diretor da Divisão de Desenvolvimento Econômico, vivendo em Santiago do Chile de 1949 a 1953.

Até 1957, cumpriu missões em diversos países do continente, como Argentina, México, Venezuela, Equador, Peru e Costa Rica. Furtado também visitou universidades norte-americanas, onde então se iniciou o debate sobre os aspectos teóricos do desenvolvimento. Já nessa época Furtado defendeu as idéias que o desenvolvimento econômico da América Latina necessitaria de uma reforma agrária e de uma industrialização baseada em substituição de importações. Em 1953, presidiu, no Rio de Janeiro, o Grupo Misto Cepal-BNDE, que elabora um estudo sobre a economia brasileira, com ênfase especial nas técnicas de planejamento. Segundo Denslow, ele recebeu a oportunidade de implementar as idéias sobre desenvolvimento econômico nessa ocasião². Nessa época, o próprio Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE) estava iniciando suas atividades. O Plano de 7 Anos para o Brasil, elaborado pelo Centro de Desenvolvimento Econômico Cepal-BNDE, e apresentado em 1956 e 1957, tornou-se a estrutura do programa de desenvolvimento econômico do presidente Juscelino Kubitschek. Em 1958, morou na cidade do México, em missão da Cepal.

Em 1957/58, a convite de Nicholas Kaldor, Furtado passa um período na Inglaterra, lecionando na Cambridge University (King's College), onde escreve sua obra mais famosa, *Formação Econômica do Brasil*. Voltou para Santiago, Chile e, logo em seguida, ao Brasil, desligando-se da Cepal

e assumindo, em 1958, uma diretoria do BNDE, passando a liderar o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN). As principais idéias do Grupo foram formalizadas num plano propondo, dentre outros pontos, a colonização das áreas de fronteira, a dinamização da oferta de eletricidade, a transformação da estrutura agrária e a implementação de um processo de industrialização. O plano também sugeria a criação de uma instituição voltada para o desenvolvimento da região.

A Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) foi estabelecida em 1959 e Furtado serviu como seu superintendente até 1964, tendo um breve intervalo como ministro do Planejamento em fins de 1962. Em 1961, seguindo sugestões de Furtado, o presidente Jânio Quadros iniciou um sistema de incentivos fiscais para estimular as companhias brasileiras a investir no Nordeste. Relata Denslow que, em julho de 1961, Furtado teve um encontro com o presidente dos EUA John F. Kennedy e, segundo algumas fontes, persuadiu-o de que o Nordeste poderia ser um "showcase" para a Aliança para o Progresso. Em 1962, a United States Agency for International Development (USAID) destinou US\$ 131 milhões para desenvolver a região.

Em 1962, o presidente João Goulart nomeou Celso Furtado como o primeiro ministro do Planejamento. Furtado coordenou a elaboração do Plano Trienal, que foi o primeiro plano feito no Brasil de maneira abrangente, consistente e sistemática e nos moldes de planos que se faziam na França e em outros países. Esse plano, surpreen-

Em 1962, o presidente João Goulart nomeou Celso Furtado como o primeiro ministro do Planejamento

² O autor deste ensaio trabalhou nesse Centro, o Centro de Desenvolvimento Econômico Cepal-BNDE, de 1966 até fins de 1967, quando, por razões políticas, o BNDE rompeu a associação com a Cepal para manutenção desse Centro.

dentemente conservador em seu enfoque, praticamente não foi implementado. Os esforços do governo de Goulart para diminuir a inflação por meio de uma reforma fiscal falharam e, em junho de 1963, Furtado renunciou. Três dias após a Revolução Militar de 31 de março de 1964, Celso Furtado foi incluído na lista de cassação dos direitos políticos e saiu do País, passando vários anos exilado.

Ficou 20 anos na Sorbonne, mas teve alguns períodos nos Estados Unidos. Em 1964, após alguns meses no Chile, passou uma temporada em New Haven, como pesquisador graduado do Instituto de Estudos do Desenvolvimento da Yale University e, em 1965, mudou-se para a França. Entre 1973 e 1974, tornou-se professor visitante

em Harvard, na Columbia University (1977) e na Cambridge University. Depois retornou à Sorbonne. Em 1980, tornou-se diretor de pesquisa do Colégio de Estudos Avançados em Ciências Sociais na Universidade de Paris.

A partir daí, voltou ao Brasil, ocupando o Ministério da Cultura no governo Sarney e passando a atuar mais no panorama brasileiro, numa posição de Conselheiro; continuou a escrever trabalhos. Já no governo Lula, até seu falecimento, recebeu muitas homenagens e seu nome chegou inclusive a ser citado no Brasil como possível Prêmio Nobel de Economia.

Mark Blaug, um dos mais conceituados historiadores das idéias econômicas, em seu livro *Who's Who in Economics*, cita apenas dois brasileiros: Celso Furtado e Edmar Bacha. Após listar a relação de dez livros e oito artigos escritos por Furtado, Blaug faz comentários sobre a obra desse autor. Deve-se salientar que, segundo Denslow, os principais livros de Furtado foram: *Formação Econômica do Brasil* (1959); *O*

Crescimento Econômico do Brasil (1963); *Formação Econômica da América Latina* (1969); *Teoria e Política do Desenvolvimento Econômico* (1967); e *Um Projeto para o Brasil* (1968).

Segundo Blaug (p. 403), o trabalho inicial de Furtado concentrou-se na história do desenvolvimento econômico do Brasil, com uma inovação metodológica consistindo na introdução de modelos macroeconômicos na análise de cada fase histórica a partir do século 16. No seu livro *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento* (1961), o subdesenvolvimento foi visto não como um estágio na trajetória de desenvolvimento, mas sim como uma característica estrutural permanente. Os padrões de consumo nos países desenvolvidos são imitados em países com níveis muito mais baixos de produtividade e esses países tendem a permanecer mais "subdesenvolvidos", ou seja, mais heterogêneos em termos sociais. Mais recentemente, no livro *Acumulação e desenvolvimento*, introduziu um enfoque interdisciplinar no estudo do desenvolvimento, vinculando a teoria da acumulação com a teoria da estratificação social e com a teoria do poder. O trabalho mais recente foi também concentrado nas distorções sociais produzidas pelo rápido crescimento econômico da economia brasileira nos anos 70.

Diane Hunt, em seu livro *Economic Theories of Development: An Analysis of Competing Paradigms*, analisa a obra de Furtado. Essa autora assinala a contribuição de Marx para a sua obra, e chama a atenção para as similaridades entre Celso Furtado e Paul Baran na explicação da teoria do desenvolvimento. Segundo Hunt, ambos adotam um enfoque histórico, uma interpretação histórica similar e não consideram o subdesenvolvimento como uma fase, mas sim como um estado permanente (1989, p. 123-129).

Com efeito, Paul Baran, no livro mencionado por Hunt e publicado em 1957 – *The Political Economy of Growth* – observa-se

Segundo Blaug, o trabalho inicial de Furtado concentrou-se na história do desenvolvimento econômico do Brasil

que ele foi um forte inspirador da Teoria da Dependência e do Subdesenvolvimento. Baran definiu o “excedente potencial” (*potential surplus*) como a diferença entre o produto que poderia ser produzido num dado ambiente natural e tecnológico com a ajuda de recursos de produção empregáveis e o que poderia ser considerado como consumo essencial. Nas idéias de Baran sobre imperialismo e crescimento econômico, era fundamental o papel desempenhado pelo tamanho e utilização do “excedente potencial”. As economias, segundo Baran, crescem pela alocação do “excedente” para investimento produtivo, e quanto mais “excedente” é acumulado mais rápido é o crescimento. As divergentes histórias do centro e da periferia – devido às quais o desenvolvimento dos meios de produção seria concentrado no centro, e o desenvolvimento seria inibido na periferia. – apóiam-se na divisão do “excedente” mundial entre diferentes regiões e na maneira com que é usado dentro dessas economias. Segundo Baran, a divergência se originou no século 16, quando os países ocidentais europeus começaram um processo de expansão colonial e acumulação primitiva. Segundo Howard e King (1992), foi na América Latina que Baran teve uma maior acolhida para sua obra.

Outro autor, Peet, no livro que editou com Hartwick, chamado *Theories of Development* (1999, p.44) fala da Teoria da Dependência e diz que a esquerda apoiava as teorias da Cepal e que Furtado (1963) adotou uma posição “dependentista” mais radical.

Syrud, um autor de ideologia mais conservadora, assinala em seu livro *Foundations of Brazilian Economic Growth*, que

os primeiros esforços para estabelecer uma ideologia do desenvolvimento com políticas e instrumentos para estimular a

industrialização começaram nos inícios dos anos 50. A doutrina de industrialização via substituição de importações defendida por Raul Prebisch, da Cepal, provou ser perfeitamente adequada para as condições existentes no Brasil. Ela proporcionou a *rationale* teórica para os *policy makers* brasileiros para continuar e ampliar as políticas já existentes. (1974, p. 14).

Werner Baer, em seu livro *The Brazilian Economy – Growth and Development*, diz que “Celso Furtado foi o primeiro economista a ver a política de suporte aos preços do café como um tipo de programa anti-cíclico nos moldes Keynesianos. Para Furtado, o programa de suporte foi financiado por expansão do crédito” (1995, p.37). Em outra passagem do seu livro, Baer, ao discutir os perfis da demanda e da produção, cita Furtado, que em seu livro *O Mito do Desenvolvimento Econômico* (1974), desenvolve o argumento de que “a concentração na distribuição de renda do Brasil resultou num perfil de demanda no qual os bens das economias tecnologicamente avançadas estão fortemente representados”³.

Poderíamos continuar a reproduzir as citações sobre a obra de Furtado, que são muitas na literatura econômica. Felizmente, no entanto, o próprio Furtado, nos últimos anos de sua vida, fez um resumo de suas principais idéias, o que se mostrará na seção 6 deste ensaio. Antes, entretanto, vá-se apresentar um panorama da economia mundial da segunda metade do século 20, um resumo do pensamento da Cepal e o papel público de Furtado.

Finalmente, cabe acrescentar que Celso Furtado, a partir dos anos 1970, escreveu diversas obras sobre economia, e nesse

O próprio Furtado, nos últimos anos de sua vida, fez um resumo de suas principais idéias

³ Baer, 1995, p. 38.

processo foi ampliando e reformulando seus conceitos sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento. Este ensaio, contudo, concentra-se na fase dos anos 50 e 60, os "anos dourados" de Furtado e da Cepal.

Cenário internacional de desenvolvimento na segunda metade do século 20

Para muitos comentadores, inclusive o autor deste ensaio, o século 20 começou em 1914, quando foi deflagrada a Primeira Guerra Mundial, e terminou em 1989, com a queda do Muro de Berlim. Em nossa opinião, Celso Furtado foi um homem do século 20, e o seu auge como pensador econômico e ho-

mem público deu-se nos anos 50 e no começo dos anos 60. O próprio Banco Mundial, ao publicar os dois livros intitulados *Pioneers of Development*, sob a coordenação de Gerald Maier, coloca Furtado entre os pioneiros do pensamento sobre desenvolvimento econômico⁴.

O que caracteriza o mundo atual é a rápida e crescente interdependência da economia mundial

Qual era o panorama do lado real da economia mundial nas duas décadas seguintes ao fim da Segunda guerra Mundial, período em que florescem as idéias de Furtado (e também da Cepal) e em que se tentam colocá-las em prática em vários países, inclusive o Brasil?

O que caracteriza o mundo atual é a rápida e crescente interdependência da economia mundial. Isso significa que, hoje em dia, o bem-estar econômico e social dos países, regiões e cidades ao redor do mundo depende, de maneira crescente, de interações complexas que estão sendo estruturadas numa escala global.

Nos anos 50 e 60, todavia, essas tendências estavam apenas se esboçando. Ainda não havia começado, e pouco se vislumbrava, a revolução na tecnologia da informação que sugiria a partir dos anos 70.

Naquela época, a indústria parecia ser o segmento mais avançado da economia, o setor líder de transformação da sociedade e a industrialização era a aspiração maior dos *policy-makers* de todos os países que almejavam traçar estratégias visando o rápido desenvolvimento econômico. Poucos poderiam prever que, 50 anos depois, haveria uma grande reviravolta do papel da industrialização e que se consolidaria uma forte tendência de desindustrialização das tradicionais regiões manufatureiras.

O próprio capitalismo, segundo a ótica neoclássica de organização industrial, estava evoluindo, tendo passado, no século 19, por uma fase de capitalismo competitivo e de atomização de consumidores e produtores, para uma outra fase de capitalismo industrial organizado (caracterizada pelo fordismo e taylorismo), para finalmente entrar, ao final dos anos 70, na fase atual – chamada de capitalismo desorganizado – em que os principais aspectos são a emergência de serviços financeiros e mercadológicos sofisticados, a grande importância de empresas multinacionais, o crescente papel da tecnologia da informação, a implantação de sistemas de produção flexíveis e a disseminação de uma economia informacional global.

Tendo como referencial os últimos 50 anos, qual era a situação, em termos de comportamento da economia, nos anos 50 e 60?

Os economistas, geógrafos e outros cientistas sociais costumam analisar a economia num contexto de ciclos econômicos.

⁴ O Banco Mundial publicou dois volumes sobre os pioneiros do desenvolvimento. No primeiro volume, foram apresentados os seguintes autores: Lord Bauer, Colin Clark, Albert O. Hirschman, Sir Arthur Lewis, Gunnar Myrdal, Raúl Prebisch, Paul N. Rosenstein-Rodan, Walt Whitman Rostow, H.W. Singer e Jan Tinbergen. No segundo volume, foram apresentados os seguintes autores: Theodore W. Schultz, Gottfried Haberler, Hla Myint, Arnold C. Harberger e Celso Furtado.

A literatura sobre esse assunto ainda mostra muitos problemas de ordem técnica, porém, a despeito das imperfeições, pode ser muito útil para caracterizar períodos da história econômica.

Em geral, se identificam quatro tipos de ciclos de longa e média duração: ciclos logísticos; ciclos climatéricos; ciclos de Kondratieff; e ciclos de Kuznets. As datas de começo e fim e as datas dos estágios de expansão e contração dentro de cada ciclo são sujeitas a um alto grau de subjetivismo. Por outro lado, os ciclos dessas quatro famílias se superpõem, o que permite "insights" e conclusões bastante enriquecidos.

Os ciclos logísticos, estudados por Rondo Cameron, geralmente têm uma amplitude de 150 a 300 anos e estão basicamente associados com grandes transformações demográficas. Segundo essa teoria, estamos ainda passando pelo terceiro ciclo logístico, o da Era Industrial. Dentro desse ciclo logístico, assistiu-se no pós-guerra uma fase de expansão e de crescente interdependência internacional, que está associada a um ciclo climatérico (de menor duração do que o ciclo logístico). Esse ciclo climatérico mostra, nesse período, de maneira gradual e crescente, o grande eclipse das economias industriais provocado pela emergência de rivais de outras regiões (os "newly industrialized countries" - NICs). Interconectados com esses ciclos, existem os Ciclos de Kondratieff, que exibem fases de crescimento e estagnação. De acordo com essa metodologia, foram identificados os seguintes ciclos de Kondratieff, tal como apresentado por Knox (2003, p. 12):

I.	1780-90 – (A) crescimento -- 1810-17 – (B) estagnação -- 1844-51
II.	1844-51 – (A) crescimento -- 1870-75 – (B) estagnação -- 1890-96
III.	1890-96 – (A) crescimento -- 1914-20 – (B) estagnação -- 1940-45
IV.	1940-45 – (A) crescimento -- 1967-73 – (B) estagnação -- ?

Nota-se que, superimpostos a esses ciclos, ocorrem os ciclos de Kuznets. São ciclos de dez a 12 anos, que mostram mudanças regulares na taxa de crescimento econômico. Com base nesses quatro tipos de ciclos, observa-se que os anos 50 e 60 foram um período de crescimento econômico, precedendo a uma fase seguinte de estagnação.

Entretanto, essa fase, a partir dos anos 70, mostra também grandes transformações no panorama da economia mundial. Como comentado acima, essa fase inicia a emergência do chamado capitalismo desorganizado: os mercados nacionais passam a ser menos regidos por empresas baseadas no próprio país; os governos passam a ter menos controle regulatório sobre a economia dos seus países de jurisdição; o tamanho médio das plantas industriais se reduz; a produção se espalha globalmente; e as atividades terciárias passam a crescer de maneira mais rápida do que as atividades industriais.

Pode-se caracterizar, com base nas considerações feitas acima, que o mundo ocidental experimentou uma fase de expansão no pós-guerra, que durou até começos dos anos 70. Essa fase coincide com o período de maior atuação intelectual e política de Celso Furtado. Nas últimas três décadas, por outro lado, foi visto que ocorreram modificações estruturais significativas. Como será mostrado nas seções seguintes, Celso Furtado desenvolveu suas obras mais importantes e suas recomendações de política econômica numa fase da história da economia em que o paradigma era a industrialização. Esse mundo mudou nos últimos 30 anos e o pensamento econômico sobre crescimento e desenvolvimento também teve de mudar. Não se pode criticar o pensamento

Celso Furtado desenvolveu suas obras mais importantes numa fase da história da economia em que o paradigma era a industrialização

de Furtado com base no que acontece hoje em dia. Ele tinha uma crença, justificada nos fatos da época. A época mudou e essa crença perdeu sua razão de ser. Como será visto nas seções seguintes, Celso Furtado foi um pioneiro da teoria do desenvolvimento econômico e é nesse contexto que ele deve ser julgado.

A Cepal e o contexto do pensamento teórico sobre desenvolvimento econômico

O papel de Celso Furtado, e da Cepal, foi mais marcante nas décadas de 1950 e 1960

Em 2004, como parte do “Projeto de História Intelectual das Nações Unidas”, a ONU publicou o volume *UN Contributions to Development Thinking and Practice*. Na Parte II do livro, os autores (Richard Jolly, Louis Emmerij, Dharam Shai e Frédéric Lapeyre) examinam o período 1940 a 2000.

Segundo os autores:

- a) Anos 40 e 50: estabelecimento dos fundamentos do pensamento e prática das Nações Unidas;
- b) Anos 60: década de desenvolvimento da ONU – mobilização para o desenvolvimento;
- c) Anos 70: foco na equidade no desenvolvimento;
- d) Anos 80: liberalização econômica e esforços para corrigir a marginalização dos mais pobres;
- e) Anos 90: redescoberta de uma visão humana e construção de fundações humanísticas.

Pela própria organização do trabalho da ONU, percebe-se que houve uma mudança gradual ao longo do período, migrando de temas ligados ao crescimento e

desenvolvimento econômico *stricto sensu* para temas ligados a questões de distribuição de renda, pobreza, liberalização da economia, questões ambientais e preocupações humanísticas.

O papel de Celso Furtado, e da Cepal, foi mais marcante nas décadas de 1950 e 1960, em que preponderava um foco mais intenso em questões econômicas *strictu sensu*. Celso Furtado, em sua entrevista no livro *Pioneers of Development – Second Series* (MEIER, 1987), comenta que seu primeiro trabalho na Cepal focalizou o setor industrial da América Latina e foi publicado no primeiro *Economic Survey of Latin America* (ONU, 1949). Nesse estudo, ele mensurou o impacto no comércio internacional de um hipotético aumento na oferta de bens manufaturados em quatro países latino-americanos (Argentina, Brasil, Chile e México). Furtado calculou que caso a renda *per capita* nesses países fosse atingir 50% da renda *per capita* do Canadá em 1939, e se fosse ter de adquirir esses bens via comércio internacional, o valor das importações teria de exceder o valor total das exportações mundiais de produtos manufaturados naquela época (1949) (p. 208).

Segundo os autores do mencionado trabalho da ONU, a Cepal, nos anos 50, tornou-se a promotora de um conjunto completo de novas idéias sobre desenvolvimento econômico (p. 57). As mais importantes contribuições intelectuais para o pensamento desenvolvimentista foram apresentadas no documento seminal, coordenado por Raul Prebisch, em 1950, intitulado *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems*, seguido pelo trabalho *The Economic Survey of Latin America*, publicado em 1951. Esses dois documentos estabeleceram os fundamentos do que seria denominado posteriormente de Doutrina Prebisch-Singer e influenciaram significativamente o pensamento intelectual da América Latina.

De acordo com os autores, esses trabalhos contribuíram substancialmente para o debate sobre desenvolvimento econômico no período pós-guerra, não só devido às suas recomendações heterodoxas, mas também porque representavam uma contribuição do “Sul”. O paradigma centro-periferia desenvolvido por Prebisch também se constituiu num significativo bloco de construção do pensamento desenvolvimentista estruturalista. Seu enfoque era tanto holístico – analisando os vínculos entre desenvolvimento e subdesenvolvimento – como histórico – analisando as origens da integração das economias da América Latina no sistema capitalista como produtores de *commodities* primárias.

A doutrina da Cepal era baseada na idéia de um desequilíbrio fundamental no relacionamento entre centro e periferia e nas implicações disso para a capacidade de acumulação de capital da região. O ponto de partida para Prebisch era que a taxa de crescimento da produtividade era maior na indústria manufatureira do que na produção de bens primários, em especial dos agrícolas. Os preços dos bens industriais e agrícolas, no entanto, estavam sujeitos a imperfeições do mercado e, em conseqüência, havia uma deterioração dos termos de intercâmbio, em detrimento das *commodities* agrícolas produzidas na periferia. Em função desse quadro, a doutrina enfatizava a importância da industrialização para os países da periferia, instrumentalizando essa política por meio de propostas para a adoção de uma estratégia de substituição de importações.

A década dos anos 60 representou o ápice, mas também marcou o fim da “idade de ouro” da Cepal. Com efeito, nos 50 houve uma atmosfera inicial de “boom” e rápido sucesso da industrialização com base na substituição de importações (Industrialização via Substituição de Importações - ISI). Acreditou-se ser possível quebrar

o relacionamento de dependência e desigualdade entre centro e periferia, com uma estratégia de desenvolvimento conduzida pelo Estado. Na década de 1960, no entanto, os resultados positivos da ISI começaram a desvanecer, e inicia-se um crescente descontentamento da elite latino-americana. Começa-se a questionar a sustentabilidade da estratégia da ISI.

Com efeito, passada a fase mais fácil da ISI, baseada predominantemente em bens de consumo não-duráveis, observa-se que a continuação e o aprofundamento da estratégia da ISI seriam consideravelmente mais complexos e problemáticos. O próprio Celso Furtado apontou a exaustão da fase fácil da ISI, em 1966 (Furtado, 1966a, p. 375). O prolongamento da proteção estimulava uma mentalidade de economia fechada, o aparelho industrial mantinha-se ineficiente e os mercados domésticos permaneciam pequenos. A importação de insumos e de equipamentos de capital criava restrições ao balanço de pagamentos. Finalmente, a questão tecnológica era crucial, pois a tecnologia importada era intensiva de capital, mas o problema dessas economias periféricas era o de ampliar as oportunidades de emprego.

Deve-se assinalar que em 1963 um grupo de técnicos da ONU, incluindo Celso Furtado, apresentou um relatório intitulado *Planning for Economic Development*, que salientou a notável intensificação do planejamento econômico nacional nessa década e a necessidade de uma transformação de longo prazo nas economias. Esse relatório defendia uma posição pragmática para o planejamento, reunindo em atividades conjuntas o Estado e a iniciativa privada.

Surtem também nessa época os contornos do que rapidamente iria se tornar a Escola

A década dos anos 60 representou o ápice, mas também marcou o fim da “idade de ouro” da Cepal

da Dependência, representada por uma linha de pensamento de natureza mais política e sociológica, propondo novos diagnósticos e novas medidas de desenvolvimento econômico. Duas correntes de pensamento se formaram nessa escola: uma reformista (incluía Furtado), com suas raízes intelectuais no estruturalismo, e a outra radical, com base na doutrina marxista. Essa última foi representada, entre outros, por André Gunder Frank. Esse autor, muito influente na América Latina, rejeitava a idéia de que o subdesenvolvimento seria a condição original, equivalente a “tradicionalismo” ou “atraso”. Segundo Frank, subdesenvolvimento é uma condição criada pela integração num

A corrente reformista criticou a Cepal por não avançar mais na análise sobre os obstáculos ao desenvolvimento econômico

sistema global de trocas que se originou no século 16. A concentração da pobreza e a ausência de desenvolvimento não seriam, segundo Frank, uma consequência do isolamento geográfico ou de uma falha de difusão de tecnologia, capital e valores culturais ocidentais,

mas sim decorreria diretamente da natureza das relações espaciais dentro do sistema capitalista global (Frank, 1967, p. 146-47).

A corrente reformista, representada por Furtado e outros autores (incluindo Fernando Henrique Cardoso, Oswaldo Sunkel, Aníbal Pinto) criticou a Cepal por não avançar mais na análise sobre os obstáculos ao desenvolvimento econômico e rejeitou a teoria de Walt Rostow sobre estágios de desenvolvimento e *take-off*. Essa corrente defendia a tese de que a América Latina vivenciava um estado de “capitalismo dependente”, no que concernia ao seu posicionamento na divisão internacional do trabalho. A corrente reformista também se preocupava com as limitações para o prosseguimento da ISI.

Uma visão diferente e que também teve muita repercussão nas décadas de 1970 e 1980, foi apresentada por Immanuel Wallerstein em sua teoria sobre o

sistema global. De acordo com esse autor, a economia mundial, em seu todo, é um sistema de mercado em expansão, no qual uma hierarquia econômica de países – um *core*, a semi-periferia e a periferia – resulta de ritmos econômicos de longo prazo, que dominam a dinâmica do sistema. Assim, o subdesenvolvimento não seria “permanente” (tal como visto por Furtado), pois a composição dessa hierarquia é variável – países podem se deslocar da periferia para a semi-periferia, ou ao revés.

Na década de 1970, no entanto, o crescente progresso de outros países da Ásia (tais como Taiwan, Coréia do Sul, Cingapura, Hong Kong, etc.) começou a minar os argumentos teóricos da Escola da Dependência. Esse progresso mostrou que poderia haver desenvolvimento capitalista mesmo em países da periferia. A geografia do comércio internacional estava em acelerado processo de mudanças, estabelecendo tendências que iriam se cristalizar nas décadas seguintes, como resposta aos seguintes fatores: a) inovações em transportes, logística, comunicações e tecnologia de manufatura industrial; b) modificações na política global, contemplando principalmente a desintegração dos regimes comunistas; c) crescente internacionalização e aumento da flexibilidade do processo de produção, tal como mostrado pela emergência de um sistema global de manufaturas, com quantidades significativas de produtos industrializados importados e exportados pelo mundo; d) enfraquecimento de uma divisão internacional do trabalho em que os países desenvolvidos exportam manufaturas e os países subdesenvolvidos as importam.

As mudanças e crises dos anos 70, a década perdida dos anos 80, e as reformas liberais dos anos 90 reduziram consideravelmente o apelo das idéias da Cepal. Com efeito, as décadas “de ouro” foram os anos 50 e 60.

Deve-se notar que o registro quantitativo do desenvolvimento econômico na América Latina foi bem positivo nessas

duas décadas “de ouro”. Vendo a economia mundial em seu todo, cerca de 70 países de baixa renda mostraram um crescimento anual de 5% ou mais nesse período.

Com relação à América Latina, o quadro a seguir mostra as taxas de crescimento anuais do PIB, média de cada década, no período 1950-2000:

Décadas	Taxas de crescimento anual do PIB na América Latina	Taxas de crescimento anual do PIB na Ásia (Sul e Leste)	Taxa de crescimento anual do PIB no mundo
1951-60	5,5 %	4,2 %	4,7 %
1961-70	5,8 %	5,2 %	5,3 %
1971-80	5,4 %	6,2 %	3,7 %
1981-90	1,5 %	6,4 %	3,0 %
1991-2000	2,7 %	4,7 %	2,4 %

Fonte: JOLLY et al. (2004, p. 248).

Como pode ser visto, nas décadas de 1950 e 1960 a economia latino-americana teve um bom desempenho tanto absoluto (taxas de crescimento anual do PIB acima de 5 %) quanto em relação à Ásia e ao restante do mundo. Ou seja, a “época de ouro” coexistiu com a melhor época de desenvolvimento econômico da América Latina nesses 50 anos. Na década de 1970, embora o desempenho da região em termos absolutos continue satisfatório, a economia dos países asiáticos já é superior. Nas duas últimas décadas, perde-se a corrida nesses dois critérios. Os “Tigres Asiáticos”, com sua ênfase nas exportações e na educação de suas populações, mostram uma estratégia muito mais efetiva de desenvolvimento econômico⁵.

Celso Furtado, o homem público

Francisco de Oliveira, num ensaio intitulado “Usados como Ornamento” (2005), escreveu o seguinte:

O Brasil inscreve-se no quadro das sociedades em cuja formação o papel dos intelectuais

sempre foi de relevo: somos “franceses” nesse aspecto. Ao contrário da tradição norte-americana, na qual o capitalismo nascente não teve necessidade de produzir “intelectuais orgânicos” que elaborassem a legitimação da nova ordem. O papel e o lugar dos intelectuais desde a nossa Independência foram notáveis na formação da nacionalidade; antes das ciências sociais, a literatura já discutia o País, sua sociedade, seus impasses, seus estigmas, bem como um projeto de nação. Avançando no século XX... Celso Furtado foi o intelectual-mor do desenvolvimentismo.

Celso Furtado foi um economista que, na melhor tradição da economia clássica inglesa (David Ricardo, Stuart Mill e outros), teve uma intensa participação na vida pública. Furtado queria transformar a sociedade e sua obra pode ser vista como em grande parte direcionada para influenciar políticas públicas para esse fim. Por suas obras, e sua biografia e depoimentos, sabemos que Furtado desenvolvia seus escritos teóricos para fundamentar decisões estratégicas para o desenvolvimento econômico. Furtado também ocupou, em várias épocas, importantes cargos na administração pública do País.

⁵ A China exibiu as seguintes taxas médias de crescimento anual nessas décadas: 1950: 8,2 %; 1960: 4,7 %; 1970: 5,9 %; 1980: 8,8 %; 1990: 8,8 %.

Essa intensa participação pública – que foi prejudicada por razões políticas – é um aspecto muito importante da vida e da obra de Furtado. Como foi mencionado em outras partes desse ensaio, Furtado foi um representante do século 20, e pode-se dizer que o ápice dessa mescla de homem público com economista e autor de obras de economia, manifestou-se com mais intensidade nas décadas de 1950 e 1960.

Dessa maneira, é interessante procurar conhecer o contexto cultural e social onde se dava a atuação pública e onde se desenvolviam as idéias econômicas de Furtado.

Afortunadamente, existe um excelente livro – infelizmente, pouco conhecido no Brasil – escrito por Nathaniel H. Leff, intitulado

É interessante procurar conhecer o contexto cultural e social onde se desenvolviam as idéias econômicas de Furtado

Economic Policy-Making and Development in Brazil, 1947-1964, que descreve com profundidade esse contexto, e tece considerações sobre o papel desses “Técnicos”.

Com base em estudos e entrevistas no Brasil, Leff escreveu um capítulo nesse livro, chamado “Opinião da Elite, Ideologia e os Técnicos”. Apoiado fortemente no texto de Leff, vai-se compor os grandes contornos do ambiente social e cultural onde operavam os economistas da época.

Leff, no começo desse capítulo, assinala que:

Como poderia ser esperado de um sistema onde as decisões não são determinadas por pressões políticas de uma sociedade mais participativa, a opinião da burocracia e da elite – que se baseava tanto em ideologia como em atitudes menos formalizadas –, era muito importante no processo de elaboração de políticas. (p. 132).

Ao estudar de que modo e por quais razões as decisões de política econômica

eram tomadas no Brasil, Leff assinala a *opinião pública e o papel da imprensa*.

A *opinião pública* teria dois componentes: primeiro, a *opinião da elite*, consistindo das idéias que circulavam entre os escalões mais altos da burocracia, entre políticos, oficiais militares e os jornalistas dos principais jornais do País (na época, com destaque para os periódicos do Rio de Janeiro). Os líderes dos principais grupos de interesse e grandes industriais também participavam, porém com menor intensidade. O segundo componente foi denominado por Leff de *opinião do extrato médio*, ou seja, as atitudes da classe média e baixa (nesse caso, a parte com um nível mínimo de educação). Para Leff, muito embora fosse difícil caracterizar os vínculos entre esses dois componentes, sem dúvida alguma havia uma conexão entre eles.

Para Leff, a *opinião da elite* teria esse alto grau de influência, principalmente em razão do sistema de política clientelista. Primeiro, a influência se derivava devido à ausência de pressões políticas determinantes que viessem de uma sociedade com uma base mais ampla de participação. Segundo, os atores mais importantes na política brasileira eram os políticos profissionais. Como viviam quase o tempo todo afastados de seus constituintes, e sendo políticos clientelistas, eles não tinham necessidade de receber comunicações sobre o contexto e assuntos de *expertise* desses grupos socioeconômicos externos. Desse modo, as únicas mensagens necessariamente alcançando os políticos eram aquelas que se originavam de seu próprio meio ocupacional e dos principais jornais do País.

Em termos mais técnicos, Leff assinala que:

Quando os canais verticais de comunicação conectando a elite política e o resto da sociedade são relativamente poucos e pobres, a influência de canais laterais e intra-elite se tornam muito mais relevantes. (p. 135).

As consequências políticas da influência da opinião de elite, para Leff, se manifestavam de quatro maneiras. Primeiro, formavam um campo de forças que condicionavam e constrangiam o processo de tomada de decisões. Segundo, o sistema de comunicação da imprensa não era neutro na escolha e seleção dos problemas percebidos, e de como os mesmos poderiam ser estruturados para a tomada de decisões. Terceiro, as idéias não eram consideradas por seus méritos intrínsecos, mas sim dependiam do grau com que estariam de acordo com as concepções *a priori* da elite política e de suas predisposições emocionais. Finalmente, o papel da imprensa era bem peculiar, e isso era percebido pelos políticos (por exemplo, eles insentavam o papel de imprensa dos impostos de importação, os jornalistas não pagavam imposto de renda, etc.).

A opinião da elite, por sua vez, via os assuntos econômicos a partir de um prisma especial da ideologia econômica. Segundo Leff,

Qualquer observador externo do processo de decisão da política econômica no Brasil não pode deixar de se chocar pela maneira especial com que se tratavam diversos assuntos. As hipóteses, atitudes, e mesmo os "dados" mais importantes eram "taken so much for granted" que havia pouca discussão de tais verdades "auto-evidentes". Este era talvez o melhor indicador para a prevalência de uma ideologia amplamente aceita. (p. 139).

Essa ideologia, segundo Leff, baseava-se nos seguintes pilares:

1. acentuação da importância de se reestruturar a economia agrícola tradicional do Brasil e reduzir a dependência do País do restante da economia mundial para a oferta da maior parte dos produtos manufaturados que consumia;
2. preocupação com o perigo de o País permanecer principalmente como um exportador de produtos primários;
3. visão da industrialização como uma

maneira de se escapar dessa situação, tanto pela redução da dependência do País, como por meio de criação de uma economia moderna;

4. focalização maior em alcançar uma conquista nacional e uma modernização econômica, mais do que simplesmente buscar um aumento na renda *per capita*;
5. atribuição de uma importância crucial ao desenvolvimento das "indústrias básicas" para garantir a oferta doméstica de aço, derivados de petróleo e produtos químicos.

Ou seja, essa ideologia, segundo Leff, se baseava em dois componentes: a) continha elementos de um modelo implícito de desenvolvimento econômico; b) essas concepções eram geralmente suportadas pelas considerações emocionais do nacionalismo presente na sociedade brasileira da época.

Ainda segundo o autor, essas visões de ideologia econômica eram bastante disseminadas nas décadas de 1950 e 1960, e praticamente não tinham quase nenhuma competição de outras visões alternativas para uma interpretação da realidade brasileira, ou de outras possibilidades de ação.

Nesse ponto, pode-se, com base no trabalho de Wirth (1970), especular que essas visões ainda seguiam os ideais da era Vargas (1930-54), quando as decisões básicas para industrializar o País foram tomadas e traduzidas em políticas econômicas.

Um ponto acentuado por Leff é que a *intelligentsia* econômica brasileira não apresentou nenhuma crítica ou alternativa para essa ideologia. Havia algumas controvérsias entre economistas brasileiros sobre alguns assuntos secundários, mas em geral havia uma grande concordância quanto ao enfoque geral. Como resultado da grande aceitação dessa ideologia, a política de desenvolvimento

O sistema de comunicação da imprensa não era neutro na escolha e seleção dos problemas percebidos

brasileira foi feita num quadro de consenso sobre os assuntos mais básicos.

O consenso ideológico servia para orientar os policy-makers a identificar os problemas econômicos e estruturar as soluções possíveis. Para Leff,

diferentemente de alguns países sub-desenvolvidos, a ausência de pressões políticas determinantes não levou o País para uma situação de anomia e de inação na formulação de políticas. Devido à ideologia, não havia debates no Brasil em assuntos tais como desenvolvimento industrial versus agrícola; indústria leve versus pesada; ou substituição de importação versus promoção de exportação. Inclusive, o consenso na política econômica era tão grande que isso imobilizava o que poderia ter sido um debate frutífero e a escolha entre alternativas.

Todavia, teve a função positiva de afastar rapidamente o *decision making* dos assuntos fundamentais, e de proporcionar uma orientação estável para a política econômica. (p. 143).

No começo dos 1960, o grupo de "Técnicos" era dividido em duas grandes facções, uma "estruturalista" e outra "monetarista"

Para Leff, a ideologia poderia tomar uma forma programática e ter uma relevância efetiva para o *policy-making* só porque havia

administradores que poderiam tornar operacional sua implementação. Por meio de suas entrevistas, concluiu que os administradores profissionais das agências governamentais que lidavam com assuntos econômicos desempenharam um papel chave na política econômica brasileira (p. 143). Eles tinham grande autonomia para a tomada de decisões e eram indicados para os cargos de comando nas principais agências e postos governamentais.

Leff os chamou de "Técnicos". Caracterizou-os como sendo um grupo de administradores, com formação econômica ou de engenharia, que ocupavam altas posições no governo. No começo dos anos 60, o grupo, segundo ele, consistiria de "40

Técnicos". Os economistas predominavam nos órgãos lidando com política monetária e cambial; os engenheiros (que o autor assinala que, diferentemente do que acontecia nos Estados Unidos, tinham cursos de economia na faculdade de engenharia) se direcionavam para atividades ligadas a políticas de investimento e produção.

Esses "Técnicos" detinham muito poder. Leff cita a piada de que eles teriam o "complexo de Keynes", ou seja, nascidos plebeus, gostariam de morrer como nobres. A maioria desses "Técnicos" era constituída por pessoas na faixa de 30 a 50 anos e eram oriundos de várias partes do Brasil (São Paulo, no entanto, era sub-representado, pois os "técnicos" em potencial eram atraídos pela iniciativa privada), sendo que alguns descendiam de imigrantes e a maior parte vinha de famílias de classe média ou de origem mais humilde (p. 145). A emergência dessa nova elite foi facilitada pela adoção de critérios profissionais de seleção de emprego, e pela criação de instituições que acompanharam o desenvolvimento brasileiro (como, por exemplo, a criação da FGV, do BNDE e da Superintendência da Moeda e do Crédito - Sumoc).

A composição desse grupo de "Técnicos", para Leff, em março de 1964, mostrava 70 % seguidores de Celso Furtado, 15 % de Roberto Campos, e 15 % de "verdadeiros nacionalistas" (p. 147). Ou seja, no começo dos 1960, o grupo de "Técnicos" era dividido em duas grandes facções, uma "estruturalista", sob a liderança intelectual de Celso Furtado, e outra "monetarista", em que Roberto Campos era o principal porta-voz.

Leff comenta que, embora houvesse divergência de interpretação sobre a inflação e o papel do investimento estrangeiro, havia um grande consenso que transcendia essas duas facções, consubstanciado no compromisso com o rápido desenvolvimento econômico por meio de uma industrialização via substituição de importações e com a ênfase

nas “indústrias básicas”, o que dava uma grande homogeneidade ao grupo. Igualmente importante, para Leff, era o fato que as duas facções eram capazes de trabalhar juntas de maneira construtiva (p. 148).

As fontes de poder desses “Técnicos”, para Leff, estavam no “mito da solução técnica” que existia na política brasileira, pois a cultura política do País adotava uma visão orgânica da sociedade, e acreditava que a *policy-making* deveria se direcionar para apoiar políticas que fossem melhores para a comunidade como um todo; além disso, acreditavam que tais soluções poderiam ser encontradas se os assuntos fossem abordados de uma maneira não *partisan*.

Essa falta de um processo político criava um vácuo, ocupado pelos “Técnicos”. Por outro lado, os “Técnicos” adquiriam autoridade devido à sua educação e ao *status* que desfrutavam no País pelo reconhecimento dos seus feitos intelectuais. Os “Técnicos” tinham reputação de serem honestos e se basearem num conhecimento prático da realidade. Por outro lado, os políticos não viam neles uma ameaça para seus espaços na vida pública.

Segundo Leff:

[os “Técnicos”] têm o poder que deriva do condicionamento da opinião da Elite dentro da qual os políticos e o presidente da República atuam. Tanto na escolha dos assuntos políticos que eram discutidos, quanto no delineamento das possíveis soluções, eles influenciavam a estrutura básica de idéias dentro da qual a política econômica é enfocada. (p. 152).

Leff conclui:

Eu estou sugerindo apenas que os “Técnicos” desempenharam um papel vital, ao lidar criativamente com alguns dos mais difíceis problemas econômicos que o Brasil enfrentou no período pós-guerra. Embora erros tenham sido cometidos, eles não empanaram o desem-

penho total. Em particular, tendo ajudado a colocar o País numa situação de aumento nos custos reais das importações, os “Técnicos” foram também capazes de lidar efetivamente com algumas das barreiras potenciais para o crescimento dentro desse quadro. Pelo menos até 1963, eles foram capazes, com a ajuda de um setor privado dinâmico, de promover um rápido desenvolvimento liderado pela industrialização, e a conseguir uma taxa de crescimento agregado que poucas economias menos desenvolvidas podem igualar. (p. 153).

Principais idéias econômicas de Furtado

Furtado deixou uma vasta obra de economia, que pode ser classificada em cinco grandes temas: história econômica do Brasil e da América Latina; teoria do desenvolvimento econômico e do estruturalismo; teoria da dependência; problemas macroeconômicos da inflação e comércio internacional; e recomendações de política econômica.

É muito difícil estabelecer uma ordenação de prioridade nessa lista de campos de interesse. Se fizermos uma enquete sobre a obra de Furtado, seguramente o seu livro sobre a Formação Econômica do Brasil é o trabalho mais conhecido.

Felizmente, esse problema de como estabelecer prioridades foi resolvido pelo próprio autor, que avaliou sua própria obra e fez uma retrospectiva sobre seu trabalho em meados de 1985. O Banco Mundial publicou dois livros, sobre os pioneiros do desenvolvimento. No segundo, *Pioneers in Development – Second Series* (MEIER, 1987), Furtado deu uma entrevista sobre sua obra.

Os organizadores do livro consideraram que a especialidade de Furtado – ou seja, o campo onde mais se destacou – era

Se fizermos uma enquete sobre a obra de Furtado, seguramente o seu livro sobre a Formação Econômica do Brasil é o trabalho mais conhecido

na área de estruturalismo e dependência. O trabalho de Furtado foi comentado por Vittorio Corbo.

Nessa retrospectiva, Furtado ressaltou os seguintes assuntos:

1. Razões do Atraso: Furtado começa sua retrospectiva colocando a seguinte questão: por que os países que emergiram como resultado da expansão econômica da Europa – e que foram organizados para facilitar essa expansão – ficaram tão para trás em seu desenvolvimento? Segundo Furtado, essa questão é o coração do seu pensamento sobre subdesenvolvimento. Nesse sentido, Furtado pergunta: Por que esses países são subdesenvolvidos? É isso um estágio evolucionário, ou é uma configuração estrutural que tende a se perpetuar? A fim de responder essas questões, Furtado disse:

A necessidade de pensar em termos históricos levou-me a colocar uma questão metodológica: de que modo as ciências sociais, e especialmente a Economia, podem contribuir para o estudo da história? Os historiadores europeus da Ecole des Annales perguntaram uma questão parecida. Eles procuraram ajuda nas Ciências Sociais. Eu, como um cientista social, procurei isso na História. (p. 203).

2. O Economista como historiador:

Segundo Furtado, o subdesenvolvimento não poderia ser explicado por teorias de crescimento econômico. De acordo com Furtado, ao olhar a História como um economista, ele se convenceu de que o quadro conceitual convencional foi o resultado de se observar estruturas sociais que foram formadas pelo capitalismo industrial. Furtado critica a economia *mainstream*, apoiando-se em Prebisch em sua consideração quanto à existência de um “falso universalismo” da economia. Furtado dá grande importância ao conceito do “excedente social”, desen-

volvido pela Escola da Fisiocracia, como a base do processo de acumulação. Segundo ele, esse conceito foi o seu ponto de partida para examinar o desenvolvimento econômico em seu contexto histórico.

3. As “anomalias” da economia brasileira:

Nessa questão, Furtado se reporta à crise do café das primeiras décadas do século. Segundo ele, os fazendeiros de café compeliram o governo brasileiro a fazer uma intervenção no mercado, comprar estoques de café e evitar um excesso de produção. Ainda segundo Furtado, a intervenção governamental, ao manter os preços de café altos e estáveis, ajudou a determinar os níveis de renda doméstica e os termos de comércio internacional. A regulação da economia feita exclusivamente por forças de mercado levaria à instabilidade e à deterioração dos termos de intercâmbio. Em contrapartida, a intervenção governamental traduziu-se em políticas monetárias e fiscais restritivas, que prejudicaram o desenvolvimento dos mercados domésticos.

Segundo Furtado:

Embora a intervenção do governo introduziu racionalidade, os economistas da época consideraram essa intervenção como uma anomalia e foram além do seu campo usual de pesquisa para estudar esse assunto. (p. 207)

Conforme assinalado por Furtado, ele abandonou a visão convencional de atraso da economia brasileira ao estudar o comportamento “anômalo” da economia durante a Grande Depressão de 1929-33. Esse ponto, inclusive, foi assinalado por Werner Baer (1995, p. 37). Dessa maneira, Furtado começou a interpretar as políticas macroeconômicas, o comportamento da inflação e do câmbio, o processo de industrialização, a utilização de tecnologia e a visão da produtividade à luz de um fenômeno social holístico.

4. Estruturalismo e dependência:

Furtado assinala que esse amplo quadro histórico irá servir de base para o enfoque estruturalista. Segundo ele, o Estruturalismo, tal como desenvolvido nos anos 50, acentuou a importância de parâmetros não-econômicos nos modelos macroeconômicos.

Para Furtado:

Já que o comportamento das variáveis econômicas depende significativamente desses parâmetros – que tomam forma e evoluem num contexto histórico – não se pode separar o estudo de fenômenos econômicos de seu contexto histórico. Essa observação é de relevância particular para os sistemas econômicos heterogêneos (socialmente e tecnologicamente), tais como aqueles das economias subdesenvolvidas. (p. 209-210).

Furtado comenta que, devido a que os fatores não econômicos – sistema de propriedade da terra, controle das empresas, composição da força de trabalho, etc. – formam a matriz estrutural dos modelos dos economistas, aqueles que enfatizam o estudo desses parâmetros eram chamados de estruturalistas. Furtado admite que, num certo sentido, os estruturalistas latino-americanos retornaram para a tradição marxista, pois enfatizavam a análise das estruturas sociais como uma maneira de compreender o comportamento dos agentes econômicos.

Furtado chama a atenção para o fato de que, aparte da dominação colonial, o fenômeno da dependência é manifestado inicialmente na área cultural: padrões de consumo são transplantados como um resultado do “excedente” gerado por meio das vantagens comparativas estáticas do comércio internacional. A partir daí, Furtado examina o papel da tecnologia e conclui que a industrialização avança simultaneamente com a concentração de renda. Desse modo, seria impraticável tentar criar uma tecnologia própria, que se afastasse dessa lógica.

De acordo com Furtado:

Verificando-se que os padrões de consumo de uma minoria copiam os padrões dos países que são líderes no progresso tecnológico e que têm um alto nível de acumulação de capital, qualquer tentativa de adaptar a tecnologia será rejeitada. (p. 211).

Ainda segundo Furtado:

O crescimento econômico tende a depender da habilidade das classes que se apropriam do “excedente” de convencer a maioria da população a aceitar um alto nível de desigualdades sociais. Só o processo político pode alterar esse quadro. (p. 211).

Nas palavras de Furtado,

A principal idéia que sintetiza minhas reflexões como um economista sobre a história é a dicotomia desenvolvimento-subdesenvolvimento. (p. 211).

Furtado chama a atenção para o fato de que o fenômeno da dependência é manifestado inicialmente na área cultural

5. Teoria do “excedente social”:

Para Furtado, o conceito de “excedente” pode se basear na simples e universal observação que a divisão social do trabalho aumenta sua produtividade. Acumulação é a força aglutinadora da estratificação social e ela legitima a estrutura de poder, mas ela também é um vetor de progresso técnico. O “excedente” pode ser apropriado de duas maneiras: autoritária, por meio de imposição, e mercantil, por meio de trocas.

Nas sociedades complexas, essa apropriação do excedente se dá por uma combinação dessas duas maneiras e segundo diversas composições. Para o autor, a evolução da sociedade capitalista mostra duas fases claramente definidas. A primeira é marcada por uma fuga da dominação social baseada numa apropriação autoritária do “excedente” e por uma ascensão

da classe mercantil por uma posição de poder. A segunda fase é definida pela organização das massas assalariadas e por sua crescente importância nas estruturas do poder.

6. Sistema centro periferia: Mercado por uma expansão e crescente complexidade do núcleo original, seguida por uma ocupação das regiões de clima temperado e baixa densidade populacional por europeus; por uma expansão dos canais comerciais e por um aumento da divisão internacional de trabalho; e pela emergência da periferia. O “excedente” que fica na periferia desempenha um papel chave na aculturação e opera como um vetor de valores culturais do *core* industrial em expansão. Existem quatro situações:

- a) apropriação do “excedente” apenas para o benefício do centro; b) apropriação de parte do “excedente por elementos da classe dominante local; c) apropriação de parte do “excedente” por grupos locais que o usam para expandir sua própria esfera de ação; d) apropriação de parte do “excedente” pelo Estado.

Com relação ao fortalecimento das instituições da sociedade civil, Corbo está de acordo com Furtado

Furtado conclui que o aspecto distinto da formação da periferia foi o ímpeto para a modernização da demanda por bens finais sob condições de imobilidade social devido ao desenvolvimento defasado das forças produtivas.

7. Frustrações de um reformador: Segundo Furtado, suas reflexões sobre o subdesenvolvimento durante os anos 50 têm três implicações para a política econômica:

1. abandono do critério de vantagens comparativas estáticas como base para a incorporação na divisão internacional do trabalho;
2. introdução do planejamento como um instrumento guia para o governo, cujas

funções na área econômica provavelmente se expandirão à medida que a luta para superar o subdesenvolvimento se torna mais intensa;

3. fortalecimento das instituições da sociedade civil (principalmente sindicatos rurais e urbanos), que se pode esperar irão ampliar as bases sociais subjacentes ao Estado e a se oporem aos padrões existentes de distribuição de renda.

O comentador do trabalho, Vittorio Corbo, apresentou críticas ácidas sobre as recomendações de Furtado.

Com relação ao abandono do critério de vantagens comparativas estáticas, Corbo chama a atenção para o erro da América Latina em adotar uma estratégia de “desenvolvimento para dentro”, baseada em incentivos para uma ampla industrialização. Segundo Corbo, já existe uma vasta literatura rejeitando tanto a hipótese de deterioração secular dos termos de intercâmbio, como da existência de externalidades dinâmicas proporcionadas pela indústria substituidora de importações. Ainda segundo Corbo, os estudos acentuam os grandes custos econômicos associados com a estratégia de substituição das importações e do forte viés antiexportação que deflui dessas políticas.

Sobre o papel do planejamento, Corbo questiona a existência de “rigidezas” estruturais causadas por falhas de mercado, e, mesmo se existissem, se um planejamento generalizado poderia influenciar positivamente a atividade econômica. Corbo apresenta o exemplo de vários países que tentaram e depois desistiram desse *comprehensive planning*.

Finalmente, com relação ao fortalecimento das instituições da sociedade civil, Corbo está de acordo com Furtado. No entanto, ao invés da ênfase em sindicatos, Corbo é a favor de instituições que criem incentivos positivos para a agricultura e para a criação/adoção de métodos de produção intensivos de mão-de-obra.

Visão comparativa do conceito de desenvolvimento de Furtado com as teorias recentes de crescimento e desenvolvimento

Toda vez que se deparam com o desafio de compararem visões de pensamento econômico por autores que viveram em épocas distintas e em diferentes contextos históricos, os comentaristas tendem a enfrentar verdadeiras crises de consciência. É válido fazer as comparações? Estará se fazendo justiça aos autores? Estará se omitindo ou representando mal partes importantes do seu pensamento? E assim por diante. O autor deste ensaio se sente na mesma situação, principalmente por que se trata de Celso Furtado, o economista mais influente de sua geração. Felizmente, já existem muitos trabalhos publicados sobre a literatura do crescimento econômico e do desenvolvimento econômico, que ajudam bastante nessa comparação e podem atenuar consideravelmente a “crise de consciência”, embora não absolvendo o ensaísta de alguns pecados.

Esta seção baseia-se na obra de dois autores que julgamos relevantes para esse debate: Paul Krugman, em seu livro sobre desenvolvimento, geografia e teoria econômica (1995), e Elhanan Helpman, em seu livro *O Mistério do Crescimento Econômico* (2004).

Krugman, autor internacionalmente reconhecido por suas obras e comentários sobre economia internacional, foi um dos primeiros a apontar o “beco sem saída” em que ficou a teoria do desenvolvimento econômico, em que Furtado foi um dos expoentes, a partir de fins dos anos 60.

Em seu livro, Krugman denomina o capítulo em que critica a teorização sobre desenvolvimento econômico “Surgimento e Queda da Economia do Desenvolvimento”. Segundo Krugman, o desenvolvimento econômico teve um grande florescimento logo após o fim da Segunda Guerra Mundial e a literatura se apoiava num grande insight: a divisão do trabalho é limitada pela extensão

do mercado, mas a extensão do mercado, por sua vez, é afetada pela divisão do trabalho (p. 3). A circularidade desse relacionamento significa que os países podem experimentar uma industrialização auto-reforçadora (ou, ao revés, falha em industrializar-se).

No entanto, esse pensamento, para Krugman, produziu alguns trabalhos, de natureza intuitiva e não quantitativa, mas entrou num grande declínio e praticamente desapareceu do *mainstream* do pensamento econômico a partir da década de 1970. Por que essas idéias fracassaram? Por que os economistas passaram a rejeitar essas idéias? Por que os economistas aceitaram idéias de outros campos, mas passaram a ignorar e a não dar continuidade às idéias desenvolvidas por Celso Furtado e outros pioneiros do desenvolvimento?

Segundo Krugman, por duas razões, uma conceitual e outra metodológica. A conceitual é que essa literatura tinha como fundamento questões de organização industrial em uma economia não competitiva, com a ocorrência de situações tais como externalidades, economias de escala, efeitos de aglomeração, dualismo, falhas de coordenação em decisões de investimento e outros temas que só recentemente estão sendo incorporados formalmente ao *mainstream* da Teoria Econômica. Ou seja, foram punidos pelo pioneirismo de suas idéias. Segundo, a questão metodológica. Para Krugman, uma idéia, para ser levada a sério, tem de poder ser modelada. A Teoria Econômica seria essencialmente uma coleção de modelos (p. 27). Ou seja, tem de ser expressa por meio de modelos formais e quantitativos, que possibilitem a criação de um *sequitur* em termos de ampliação do modelo e incorporação de outras variáveis e que permitam também testes empíricos e a aplicação de técnicas econométricas.

De acordo com Krugman, “a razão por que a teoria desenvolvimentista que emergiu nos 1940s falhou em se incorporar ao *mainstream* da Economia foi a inabilidade de seus criadores em expressar suas idéias em maneiras capazes

de serem tratadas com rigor acadêmico pelas técnicas de modelagem já existentes nessa época. Os pioneiros desse campo foram também incapazes de explicitar as estruturas de mercado, ou seja, de teorizar sobre as condições de competição nas economias hipotéticas que estavam descrevendo” (p. 6). Segundo o autor, os teóricos do desenvolvimento econômico dessa época tinham dificuldades de reconciliar economias de escala com estruturas de mercado competitivas (p. 25).

Ademais, Krugman faz a seguinte reflexão: “Existe agora um sentimento crescente que a contra-revolução (a rejeição pelo *mainstream* da teoria do desenvolvimento) foi longe demais. Nos últimos anos, ficou aparente que durante os 1940s e 1950s, um *core* de idéias emergiu, lidando com economias externas, complementaridades estratégicas, e desenvolvimento econômico que permanecem válidas intelectualmente, e que podem continuar tendo aplicações práticas. Esse conjunto de idéias [que Krugman refere como *high development theory*] se antecipou de diversas maneiras aos principais tópicos da moderna teoria do comércio internacional e do crescimento econômico” (p. 7).

Krugman conclui seu livro dizendo que

não há muito que possa ser feito sobre o tipo de desperdício intelectual aparente que ocorreu durante o surgimento e a queda do *high development theory*. Uma temporária evolução da ignorância, um período quando nossa insistência em olhar para certas direções nos deixa incapazes de enxergar o que está certo de baixo de nossos narizes, pode ser esse o preço do progresso, uma parte inevitável do que acontece quando nós tentamos fazer sentido da complexidade desse mundo. (p.88).

De certa forma, Krugman, dez anos atrás, vislumbrou caminhos que seriam seguidos pela teoria econômica, mas não exatamente da maneira que pensava. Com efeito, se fizermos um retrospecto do *high development economy*, veremos que a literatura dessa época tratava quase exclusivamente de temas de explicações econômicas para o desenvolvimento econômico, assuntos de comércio internacional e relações entre países ricos e pobres e tópicos de política econômica. Raramente se tratavam de temas como educação, meio ambiente, distribuição pessoal da renda, importância das instituições, etc.⁶. Com

⁶ Por exemplo, um livro muito famoso na época, com tradução para o espanhol, o de Agarwala e Singh, citava os seguintes assuntos:

1. Enfoques para o problema do desenvolvimento
2. Contexto histórico
3. Contexto teórico
4. Economias externas e crescimento equilibrado
5. Subemprego e desequilíbrio dos fatores
6. Modelos de desenvolvimento

Em todo o livro, que apresentava artigos dos principais economistas “desenvolvimentistas” da época, só encontrei três menções ao tema de educação. Mint e Rostow a apresentam como um fator positivo, mas em passant; Henry J. Bruton chama a atenção para a importância da educação, mas não dá muito destaque.

Outro livro famoso na época, o de Gerald M. Méier (1964), intitulado *Leading Issues in Development Economics*, discutia os seguintes assuntos:

1. Validade do enfoque de Rostow sobre estágios do crescimento
2. A conceituação e o significado do dualismo
3. O problema da acumulação de capital
4. Efeito da inflação no desenvolvimento
5. Critérios para alocar recursos do investimento
6. Ênfase relativa da industrialização e da agricultura no desenvolvimento econômico
7. Importância do comércio internacional no desenvolvimento
8. Escopo do planejamento para o desenvolvimento
9. Técnicas de planejamento para o desenvolvimento

Compare com os livros recentes sobre desenvolvimento econômico, como os de Todaro ou Ray, nos quais temas como educação, distribuição de renda, fortalecimento de instituições e outros assuntos de caráter mais social e de equidade recebem muito destaque.

o ocaso do *high development theory*, começaram a surgir nas décadas seguintes explicações dicotômicas entre crescimento econômico e desenvolvimento econômico. O primeiro trataria de questões de eficiência na alocação dos recursos e de crescimento da renda *per capita* no tempo. Já o segundo teria o crescimento econômico como condição necessária, mas não suficiente – seria necessário que diversas metas sociais e distributivas fossem também alcançadas. Krugman acreditava que essa teoria do desenvolvimento econômico iria incorporar avanços formais e modelagem rigorosa, que a alçasse ao status de *mainstream* na Economia.

O que está acontecendo, no entanto, é que a teoria do crescimento econômico é que tem exibido uma grande transformação e ampliação do seu campo de interesse. Está havendo, a meu juízo, uma crescente convergência entre as duas teorias, com um *take over* da teoria do desenvolvimento pela teoria do crescimento econômico. Ou seja, mais uma “aquisição” do que uma “fusão”. Nesse quadro, é também muito forte o papel dos fundamentos microeconômicos.

O recente livro de Elhanan Helpman (2004) mostra essa tendência. Intitulado, de maneira sugestiva, *O Mistério do Crescimento Econômico*, o livro apresenta um estado da arte da abundante e crescente literatura sobre esse tópico. Segundo ele, duas “ondas” de pesquisa mudaram nossa visão sobre crescimento econômico. A primeira ocorreu entre meados de 1950 até começo de 70, e foi contemporânea da *high development theory*. A segunda começou em meados de 1980 e continua até hoje. É essa segunda onda que está gradualmente absorvendo os temas da teoria do desenvolvimento econômico.

Os temas que compõem essa segunda onda mostram a distância que foi percorrida entre as formulações de Furtado e as visões modernas sobre como se atingir a prosperidade dos países. Para Helpman, o entendimento das forças que conduzem ao

crescimento da economia pode ser organizado segundo quatro temas:

1. A acumulação de capital físico e humano é importante, mas explica apenas parte da variação de renda *per capita* e de taxas de crescimento entre países. Os fatores tecnológicos e institucionais também afetam a taxa de acumulação desses insumos de capital e eles são de alguma maneira mais fundamentais;
2. A produtividade total dos fatores é pelo menos tão importante quanto a acumulação dos fatores de produção. Para entendermos seus determinantes é necessário o entendimento do que cria a acumulação do conhecimento, e, em particular, quais são os incentivos para a criação do conhecimento. Isso leva naturalmente para um exame dos efeitos da pesquisa e criação (R&D), do *learning-by-doing* das externalidades e dos retornos crescentes de escala;
3. As taxas de crescimento dos diferentes países da economia global são interdependentes, pois os fluxos de conhecimento atravessam fronteiras e o comércio internacional e o investimento estrangeiro afetam os incentivos para inovar, para imitar e para usar novas tecnologias;
4. As instituições econômicas e políticas – e para o seu entendimento é muito valiosa a contribuição da história econômica e da geografia econômica – afetam os incentivos para acumular e para inovar e eles também afetam a habilidade dos países para acomodar transformações. Da mesma maneira, problemas de desigualdade na distribuição de renda e de pobreza afetam esses incentivos.

A teoria do crescimento econômico tem exibido uma grande transformação e ampliação do seu campo de interesse

Helpman chama seu livro de *Mistério...* pois, a despeito do avanço teórico dos últimos anos, muitos fatores explicativos sobre a divergência de desenvolvimento entre países ainda não foram compreendidos em sua plenitude, ou ainda não tiveram desenhadas estratégias e políticas de ação. Helpman acredita que o campo de crescimento intelectual da disciplina se dará no conhecimento dos efeitos das instituições e da política, e dos canais de influência das estruturas sociais no crescimento econômico (p. x, xi).

Conclusões e comentários finais

Analisou-se neste ensaio o trabalho de Celso Furtado. É sempre muito difícil, praticamente impossível, que se faça justiça à vida e obra de uma pessoa. Sempre vão existir polêmicas. Procurou-se, no entanto, tentar situar o autor no contexto histórico da época em que teve mais atuação intelectual e de vida pública, assim como se procurou analisar sua obra tanto no contexto das idéias dos pioneiros do desenvolvimento

econômico, quanto cotejá-la com os preceitos atuais da teoria do crescimento e do desenvolvimento econômico. Concluiu-se que Furtado foi um homem do século 20 (na nossa definição desse período), com marcante atuação nos anos 50 e 60. Foi mais efetivo e importante na formulação de idéias sobre desenvolvimento econômico do que no desenho de políticas e de estratégias de ação. Suas crenças eram coerentes com o espírito daquele tempo. As condições de hoje são bem diferentes e o próprio Furtado reconhecia que muitas das suas crenças já não se aplicam mais. Seria injusto, portanto, julgá-lo à luz dos eventos atuais. Como um economista criado sob a influência de Furtado e fascinado com sua contribuição intelectual, principalmente a obra *Formação Econômica do Brasil*, gostaria, como comentário final, destacar que Celso Furtado foi sobretudo um homem digno. Teve uma longa vida, mostrou grandeza e postura idealista em suas participações públicas e foi coerente e generoso em sua visão otimista, em seu desejo de melhorar as condições econômicas e sociais do Brasil.

Referências bibliográficas

- ACADEMIA BRASILEIRA DE LETRAS. Biografia de Celso Furtado. Disponível em: <www.academia.org.br>.
- AGARWALA, A. N.; SINGH, S. P. *The Economics of Underdevelopment*. Harmandsworth: Penguin, 1973.
- BAER, Werner. *Industrialization and Economic Development in Brazil*. Homewood, Illinois: Richard D. Irwin, 1965.
- _____. *The Brazilian Economy: Growth and Development*. 4th ed. Westport: Praeger, 1995.
- BARAN, Paul. *The Political Economy of Growth*. Nova York: Monthly Review Press, 1957.
- BLAUG, Mark. *Who's who in Economics*. Cheltenham, UK: Edward Elgar Publishing Inc., 1999.
- EKELUND Jr., Robert B. *A History of Economic Theory and Method*. Tóquio: McGraw-Hill Kogakusha, 1975.
- FRANK, André Gunder. *Capitalism and Underdevelopment in Latin America*. Nova York: Monthly Review Press, 1967.
- FURTADO, Celso. US Hegemony and the Future of Latin America. *The World Today*, v. 22, 1966.
- GHOSH, B.N. *Contemporary Issues in Economic Development*. Londres/Nova York: Routledge, 2001.
- GIANARIS, Nicholas V. *Economic Development: Thought and Problems*. North Quincy, MA: The Christopher Publishing House, 1978.
- HELPMAN, Elhanan. *The Mystery of Economic Growth*. Cambridge, MA: The Belknap Press of Harvard University Press, 2004.
- HIGGINS, Benjamin. *Economic Development: Principles, Problems and Policies*. Nova York: WW-Norton, 1968.
- HIRSCHMAN, Albert O. *The Strategy of Economic Development*. New Haven: Yale University Press, 1958.
- HOWARD, M.C.; KING, J. E. *A History of Marxian Economics*. Vol. II – 1929-1990. Londres: Mac-Millan Education Ltd., 1992.
- HUNT, Diane. *Economic Theories of Development: An Analysis of Competing Paradigms*. Nova York: Harvester Wheatsheaf, 1989.
- JOLLY, Richard; EMMERIJ, Louis; GHAI, Dharan; LAPEYRE, Frédéric. *UN Contributions to Development Thinking and Practice*. Bloomington, IN: Indiana University Press, 2004. v. 2.
- KINDLEBERGER, Charles P. *Economic Development*. Nova York: McGraw Hill Book Co., 1958.
- KNOX, Paul; AGNEW, John; MCCARTHY, Linda. *The Geography of the World Economy*. 4th ed. Londres: Arnold Publishers, 2003.
- KRUGMAN, Paul. *Development, Geography, and Economic Theory*. Cambridge, MA: The MIT Press, 1995.
- LEFF, Nathaniel H. *Economic Policy-Making and Development in Brazil, 1947-1964*. Nova York: John Wiley & Sons, 1968.
- MEIER, Gerald M. *Leading Issues in Development Economics*. Nova York: Oxford University Press, 1964.
- _____. (Ed.). *Pioneers in Development: Second Series*. [S.l.]: Oxford University Press; World Bank, 1987.
- _____; BALDWIN, R. F. *Economic Development: Theory, History, Policy*. Nova York: John Wiley & Sons, 1963.

- _____. SEERS, Dudley. *Pioneers in Development*. [S.l.]: Oxford University Press; World Bank, 1984.
- MYINT, H. *Economic Theory and the Underdeveloped Countries*. Nova York: Oxford University Press, 1971.
- OLIVEIRA, Francisco de. Usados como Ornamento. *O Globo*, Rio de Janeiro, 6 ago. 2005.
- ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. *Economic Survey of Latin America*. Nova York, 1949.
- _____. *The Economic Development of Latin America and its Principal Problems*. Nova York, 1950.
- _____. *Economic Survey of Latin America*. Nova York, 1951.
- PEET, Richard; HARTWICK, Elaine. *Theories of Development*. Nova York: The Guilford Press, 1999.
- RAY, Debraj. *Development Economics*. Princeton: Princeton University Press, 1998.
- SYVRUD, Donald E. *Foundations of Brazilian Economic Growth*. Stanford: Hoover Institution Press, Stanford University, 1974.
- TENEMBAUM, Barbara A. *Encyclopedia of Latin America History and Culture*. Nova York: C. Scribner's Sons, 1996. 5v.
- TODARO, Michael P.; SMITH, Stephen C. *Economic Development*. 8th ed. Boston: Addison Wesley, 2003.
- TOPIC, Steven. *The Political Economy of the Brazilian State, 1889-1930*. Austin: University of Texas Press, 1987.
- WALLERSTEIN, Immanuel. *The Politics of the World Economy*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1984.
- WIRTH, John D. *The Politics of Brazilian Development, 1930-1954*. Stanford: Stanford University Press, 1970.

Bibliografia de Celso Furtado

Ficção:

Contos da vida expedicionária – de Nápoles a Paris. (RJ, Zelio Valverde, 1946)

História econômica:

- L'économie coloniale brésilienne*. Tese (Doutorado)—Université de Paris, Paris, 1948.
- A economia brasileira*. A Noite, Rio de Janeiro, 1954.
- Uma economia dependente*. (RJ, Ministério da Educação e Cultura, 1956)
- Formação econômica do Brasil*. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1959; São Paulo, Editora Nacional, 1965; Brasília: Universidade de Brasília, 1963. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira). Tradução em espanhol (México: Fondo de Cultura Económica, 1962); alemão (Munique/Frankfurt: Wilhelm Fink Verlag, 1975); francês (Paris: Mouton, 1972; Paris: Publisud, 1998); inglês (Los Angeles: University of California Press, 1963); italiano (Turim: Einaudi, 1970); japonês (Tóquio: Shinsekaisha, 1972); polonês (Varsóvia: Panstwowe Wydawnictwo Naukowe, 1967).
- Subdesenvolvimento e estagnação na América Latina*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966). Tradução em espanhol (Buenos Aires: EUDEBA, 1966).
- Formação econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Lia Editora, 1969.
- A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1973. Tradução em espanhol (Barcelona: Edicusa, 1971; Lima: Campodonica, 1971); francês (Paris: Calmann-Lévy, 1970); inglês (Nova York: Anchor Books-Doubleday, 1970); italiano (Milão: Franco Angeli, 1971); japonês (Tóquio: Shinsekaisha, 1972).

A economia latino-americana. (São Paulo: Editora Nacional, 1976). Tradução em espanhol (Santiago do Chile: Universitaria, 1969; México: Siglo XXI, 1971; Havana: Guairas, 1972); chinês (Beijing, 1983); francês (Paris: Sirey, 1970); inglês (Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1970); italiano (Bari: Laterza, 1971); japonês (Tóquio: Shinsekaisha, 1969); sueco (Estocolmo: Rabén & Sjörgren, 1972).

Política econômica:

Perspectivas da economia brasileira. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1958.

A Operação Nordeste. Rio de Janeiro: Instituto Superior de Estudos Brasileiros, 1959.

Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1959.

Subdesenvolvimento e Estado democrático. Recife: Condepe, 1962.

A pré-revolução brasileira. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1962. Tradução em espanhol (Barcelona: Nova Terra, 1966); francês (Paris: Plon, 1964); inglês (Los Angeles: University of California Press, 1965).

Teoria e política do desenvolvimento econômico. São Paulo: Editora Nacional, 1967; Lisboa: Dom Quixote, 1971; São Paulo, Abril Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas). Tradução em espanhol (México: Siglo XXI, 1968); francês (Paris: PUF, 1970); italiano (Bari: Laterza, 1972).

Um projeto para o Brasil. Rio de Janeiro: Saga, 1968. Tradução em inglês (Nova York: Anchor Books-Doubleday, 1970).

Análise do "modelo" brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972. Tradução em espanhol (Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1972); francês (Paris: Anthropos, 1974).

O Brasil pós-"milagre". Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981. Tradução em espanhol (México: Fondo de Cultura Económica, 1983); francês (Paris: Maison des Sciences de l'Homme, 1987).

A nova dependência, dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982. Tradução em espanhol (Buenos Aires: Centro Editor de America Latina, 1985).

Não à recessão e ao desemprego. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. Tradução em espanhol (Buenos Aires: Paz e Terra, 1984); francês (Paris: Anthropos, 1984); inglês (Londres: Third World Foundation, 1984).

Cultura e desenvolvimento em época de crise. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

ABC da dívida externa. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

Brasil, a construção interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992. Tradução em espanhol (México: Fondo de Cultura Económica, 1992); francês (Paris: Publisud, 1995).

Teoria econômica:

Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961. Tradução em espanhol (Buenos Aires: EUDEBA, 1964); persa (Teerã, 1980); francês (Paris: PUF, 1966); inglês (Los Angeles: University of California Press, 1964).

Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1964. Tradução em espanhol (México: Fundo de Cultura Económica, 1965).

O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974; São Paulo, Círculo do Livro, [s.d.]; São Paulo, Paz e Terra, 1996, ed. abreviada. Tradução em espanhol (Buenos Aires: Periferia, 1974; México: Siglo XXI, 1975); francês (Paris: Anthropos, 1976); polonês (Varsóvia: Państwowe Wydawnictwi Ekonomiczne, 1982).

Prefácio a nova economia política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976; Lisboa, Dinalivro, s. d. Tradução em espanhol (México: Siglo XXI, 1976); italiano (Milão: Jaca Book, 1977).

Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978; São Paulo: Círculo do Livro, 1978. Tradução em espanhol (México: Siglo XXI, 1979); alemão (Frankfurt: Verlag für Interkulturelle Kommunikation, 1984); francês (Paris: PUF, 1981); inglês (Oxford: Martin Robertson, 1983).

Pequena introdução ao desenvolvimento: um enfoque interdisciplinar. São Paulo: Editora Nacional, 1980. Tradução em espanhol (México: Fondo de Cultura Económica, 1983); francês (Paris: Publisud, 1989).

Transformação e crise na economia mundial. São Paulo: Paz e Terra, 1987. Tradução em espanhol (Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1990).

O capitalismo global. São Paulo: Paz e Terra; Rio de Janeiro: ABL, 1998; Lisboa: Gradiva, 1999. Tradução em espanhol (México: Fondo de Cultura Económica, 1999).

Memorialística:

A fantasia organizada. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985. Tradução em espanhol (Buenos Aires: EUDEBA, 1988; Bogotá: Tercer Mundo Editores, 1989); francês (Paris: Publisud, 1987).

A fantasia desfeita. São Paulo: Paz e Terra, 1989.

Os ares do mundo. São Paulo: Paz e Terra, 1991. Tradução em espanhol (México: Fondo de Cultura Económica, 1993).

Celso Furtado: Obra autobiográfica. São Paulo: Paz e Terra, 1997. 3 v.

Seca e Poder. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

Antologias:

El subdesarrollo latinoamericano: ensayos de Celso Furtado. México: Fondo de Cultura Económica, 1982.

Obras escogidas de Celso Furtado. Bogotá: Plaza & Janes, 1982.

Ensaio em obras coletivas (seleção):

Förenta staterna och Latinamerikas framtid. In: SCHORI, P. (Org.). *Latinamerikaner om Latinamerika*. Oskarshamm, Suécia: Prisma, 1968.

Marx's model in the analysis of the underdeveloped economic structures. In: ARON, R. et al. *Marx and contemporary scientific thought*. Paris/Haia: Mouton, 1969.

Probleme der Industrialisierung in Lateinamerika. In: STEGER, Hanns-Albert (Org.) et al. *Die Aktuelle Situation Lateinamerikas*. Frankfurt: Athenäum, 1971.

Da República oligárquica ao Estado militar. In: FURTADO, Celso. (Org.) et al. *Brasil: Tempos Modernos*. Rio de Janeiro: Paz e Terra. Tradução em espanhol (México: Siglo XXI, 1968); alemão (Frankfurt: Athenäum, 1971).

Entraves ao desenvolvimento. In: CASTRO, J. de et al. *O Brasil na encruzilhada*. Lisboa: Dom Quixote, [s.d.].

A global view of the development process. In: ALECHINA, I. et al. *Different theories and practices of development*. Paris: Unesco, 1982.

A política econômica de François Mitterrand. In: CARDOSO, F. H. (Org.) et al. *O novo socialismo*

francês e a América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

Transnacionalización y monetarismo. In: MÉNDEZ, S. (Org.) et al. *La crisis internacional y la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

Dependencia en un mundo unificado. In: MÉNDEZ, S. (Org.) et al. *La crisis internacional y la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1984.

Crisis y transformación de la economía mundial: desafíos y opciones. In: WIONCZEK, Miguel S. (Org.) et al. *La crisis de la deuda externa en la América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

El nuevo capitalismo. *Revista de la Cepal*, número extraordinario, out. 1998. (Edição comemorativa: *Cepal Cinuenta años, reflexiones sobre América Latina y el Caribe*).

A contribuição histórica da Cepal, visão histórico-estrutural do desenvolvimento. In: FERREIR, A. et al. *Modelos e políticas de desenvolvimento*. Rio de Janeiro: Inter-American Development Bank/BNDES, 1998.

Há risco de uma ingovernabilidade crescente. In: MINEIRO, A. S. (Org.) et al. *Visões da Crise*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1998.

Livros e teses sobre Celso Furtado:

FORMIGA, Marcos; SALLES GAUDÊNCIO, Francisco (Org.). *Era da Esperança: teoria e política na obra de Celso Furtado*. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

GUIMARÃES, Maria Eugênia. *Modernização brasileira no pensamento de Celso Furtado*. São Paulo: Universidade de Campinas, 1993.

MALLORQUÍN, Carlos. *La idea del subdesarrollo: el pensamiento de Celso Furtado*. México: Facultad de Ciencias Políticas e Sociales, Universidad Nacional Autónoma de México, 1993.

MORAES, Reginaldo. *Celso Furtado: o subdesenvolvimento e as idéias da CEPAL*. São Paulo: Ática, 1995.

OLIVEIRA, Francisco de (Org.); FERNANDES, Florestan (Coord.). *Celso Furtado*. São Paulo: Ática, 1983.

SACHS, Ignacy; GARCIA, Afranio (Org.). *Le développement, qu'est-ce? L'apport de Celso Furtado*. *Cahiers du Brésil Contemporain*, n. 33/34, 1998.

Ensaio sobre Celso Furtado (seleção):

BEAR, Werner. Furtado on development: a review essay. *Journal of developing areas*, v. 3, 1969.

BEAUD, Michel; DOSTALER, Gilles. Celso Furtado. In: *La Pensée économique depuis Keynes: Histoire et dictionnaire des principaux auteurs*. Paris: Seuil, 1993.

BETHELL, Leslie (Org.). Economic ideas and ideologies in Latin America since 1930. In: _____. *Cambridge History of Latin America*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1994.v. 6.

BIDERMAN, Ciro; COZAC, L. Felipe; REGO, José Marcio. *Conversas com economistas brasileiros*. São Paulo: Editora 34, 1997.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. O pensamento de Celso Furtado. In: _____. *Pensamento econômico brasileiro*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Formação econômica do Brasil: uma obra-prima do estruturalismo cepalino, *Revista de Economia Política*, v. 9, n. 4, out.-dez. 1989.

GARCIA, Afrânio. La construction interrompue. Celso Furtado, la guerre froide et le développement du Nordeste. *Actes de la recherche en sciences sociales*, número 121-122, p.52-61, mar. 1998.

HIRSCHMANN, Albert. *Journeys toward progress*. Nova York: The Twentieth Century Fund, 1963.

IGLESIAS, Francisco. Introdução. In: *Formação econômica do Brasil*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1963. (Coleção Biblioteca Básica Brasileira).

_____. Celso Furtado, pensamento e ação. In: _____. *História e ideologia*. São Paulo: Perspectiva, 1981.

LOVE, Joseph L. *Crafting the Third World: theorizing underdevelopment in Rumania and Brazil*. Stanford: Stanford University Press, 1996.

MANTEGA, Guido. Celso Furtado e a teoria do subdesenvolvimento. In: _____. *A economia política brasileira*. São Paulo/Petrópolis: Polis/Vozes, 1987.

OLIVEIRA, Francisco de. Celso Furtado e o pensamento econômico brasileiro. In: MORAIS, Reginaldo; ANTUNES, Ricardo; FERRANTE, Vera (Org.). *Inteligência brasileira*. São Paulo: Brasiliense, 1986.

PAGE, Joseph. Celso Furtado, SUDENE and USAID. In: *The Revolution that never was*. Nova York: Grossman Publishers, 1972.

SKIDMORE, Thomas. Economic development of Latin America. *The Hispanic American historical Review*, v. 52, Feb. 1972.

Fonte: Academia Brasileira de Letras.